

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

12 de fevereiro de 2014

(1.^a Audição)

SUMÁRIO

A Sr.^a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Teresa Caeiro, deu início à reunião eram 9 horas e 50 minutos.

O Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier Viegas (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais) fez uma apresentação inicial, após o que, em colaboração com os Srs. Dr. Miguel Almeida e o Eng.^o Luís Ribeiro (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais), respondeu a questões colocadas pelos Srs. Deputados Pedro Lynce (PSD), Miguel Freitas (PS) e Abel Baptista (CDS-PP).

Em seguida, coube aos Srs. Eng.^{os} Orlando Ormazábal e João Lé, respetivamente diretor-executivo e administrador da AFOCELCA — Central de Incêndios Florestais, apresentaram o trabalho que ali veem desenvolvendo, respondendo depois aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), Maurício Marques (PSD) e Miguel Freitas (PS).

A Sr.^a Coordenadora encerrou a audição eram 11 horas e 55 minutos.

A Sr.^a Coordenadora (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Penso que, para o Grupo de Trabalho, e também, certamente, para os nossos Convidados, talvez tenha sido alguma surpresa não estar aqui o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva, a coordenar os trabalhos, mas ele teve um imprevisto incontornável, pelo que me pediu para o substituir, pedido a que acedi com todo o gosto.

Vou tentar, na medida do possível, estar à altura da sua direção deste Grupo de Trabalho, que, como saberão, surgiu na sequência de uma deliberação da Conferência de Líderes, em setembro do ano passado, por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, no sentido de aproveitarmos os meses de inverno para debater em profundidade, com toda a transparência e serenidade, a questão dos incêndios florestais e a tão complexa realidade em torno deste flagelo que, infelizmente, todos os anos acaba por assolar o nosso País.

O Grupo de Trabalho tem vindo a reunir regularmente, procedendo a audições de personalidades e individualidades de reconhecido mérito, como é o caso de VV. Ex.^{as}, a quem, mais uma vez, em nome de todo o Grupo de Trabalho e do Parlamento e, certamente, em nome da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, aproveito para agradecer a disponibilidade e o verdadeiro ato de cidadania que é colaborar com o Parlamento na tentativa de chegarmos a conclusões sobre o porquê e às respostas que poderão ser dadas a esta problemática.

Está estabelecido um prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos, pelo que temos de manter esta cadêcia.

Sem mais delongas, sei que o Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier Viegas trouxe-nos uma apresentação em *PowerPoint*, pelo que sugiro que comecemos por essa apresentação e, depois, sim, cada grupo parlamentar terá oportunidade de colocar as questões que entender, por um período de 5 minutos, como tem sido regra, após o que o Sr. Prof. Domingos Xavier, o Dr. Miguel Almeida e o Eng.º Luís Ribeiro terão oportunidade de responder.

Não havendo objeções, tem, então, a palavra o Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier Viegas, a quem, mais uma vez, agradeço.

O Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier Viegas (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais): — Sr.^a Coordenadora, Srs. Deputados, antes de mais, os meus cumprimentos.

Como me propus, e a Sr.^a Vice-Presidente acabou de referir vou fazer uma breve apresentação em *PowerPoint* sobre a nossa visão relativamente a esta matéria do pilar do combate.

Farei uma breve introdução e, depois, referir-me-ei ao nosso Relatório dos Incêndios de 2013 e apresentarei um conjunto de conclusões e recomendações que derivam desse Relatório.

Estou aqui a falar em nome de uma equipa de investigação e fiz-me acompanhar hoje pelos meus colegas, Dr. Miguel Almeida e Eng.º Luís Mário Ribeiro, que são coautores principais deste Relatório, razão pela qual lhes pedi para me acompanharem.

Todos sabem que a nossa equipa está a trabalhar nesta temática desde 1985, sobretudo na vertente do comportamento do fogo e da segurança.

Temos sido chamados pelo Governo para colaborar na análise do problema e em algumas situações concretas.

Em 2012, como é do vosso conhecimento, estudámos o grande incêndio de Tavira/S. Brás de Alportel e registámos com agrado que algumas das recomendações que fizemos nesse estudo foram bem acolhidas pelos serviços e muitas delas até suscitaram melhorias no sistema. Por isso, foi com satisfação que aceitámos, em 2013, o convite que nos foi feito para estudarmos os incêndios de Alfândega da Fé e do Caramulo e os acidentes mortais que ocorreram.

Como sabem, o Relatório de 2013 tem duas partes, a primeira das quais incide sobre os dois grandes incêndios e a segunda refere-se aos acidentes com vítimas mortais. O Governo decidiu tornar pública a primeira parte, mas está ainda reservada a segunda, que irá ser divulgada, esperamos, em breve, pelo que, nesta intervenção, se nos permitem, vamos cingir-nos, sobretudo, à primeira parte.

Vou prevalecer-me do facto de que já deixei aqui ficar, noutras ocasiões, aquele que é o nosso pensamento sobre o problema dos incêndios florestais, pelo que vou incidir, especialmente, sobre as coisas que surgiram de novo no estudo destes problemas de 2013.

Entrando diretamente numa breve análise de cada um dos dois grandes incêndios, irei só recordar alguns pontos que, depois, ajudam a fundamentar as conclusões que retiramos e aquilo que propomos.

O incêndio de Picões, em Alfândega da Fé, foi, de facto, o maior que ocorreu este ano no País (*slide 8*). A área ardida foi de 14 000 e poucos hectares, ocorreu entre 8 e 12 de julho de 2013 e o seu desenvolvimento está indicado no mapa do diapositivo seguinte (*slide 9*) que figura na apresentação, assim como estão também representadas a orografia e as terras que estiveram mais ou menos envolvidas, em termos de propagação do fogo (*slide 10*).

Temos, ainda, a representação da hidrografia, ou seja, da proximidade de cursos de água, de pontos de tomada de água (*slide* 11), o que nos permite verificar que, na área ardida propriamente dita, não havia, de facto, muitos pontos de água.

Relativamente aos corpos de bombeiros em relação à envolvente do incêndio, pudemos perceber que havia um certo vazio na proximidade imediata do incêndio.

Se olharmos para as áreas ardidas nos últimos 30 a 35 anos (*slide* 12), verificamos que uma boa parte da área percorrida por este incêndio não ardeu durante os últimos anos e, portanto, havia muito combustível disponível para arder, o que agravou também um pouco a situação.

Em matéria de declives, também tínhamos zonas com declives elevados, como se pode ver no mapa seguinte da nossa apresentação (*slide* 13), onde a área a vermelho representa terrenos com declives médios superiores a 45%. Isto não quer dizer que não houvesse declives desta ordem noutras zonas, mas, na área ardida, esta é a média de declives importantes.

Quanto à gestão de combustíveis, que é um tema de que temos falado, verificou-se que havia uma faixa de tratamento de combustíveis nesta zona, da REN e da EDP, mas não completa.

A progressão do incêndio foi analisada com muito detalhe pela nossa equipa. Estivemos no terreno e conseguimos reconstruir a evolução do fogo com bastante detalhe, baseados em muitos elementos. Apenas uma breve análise: o incêndio deflagrou no dia 8 de julho, cerca das 14 horas, e foi extinto pelas 20 horas (*slide* 16). No final do primeiro dia, tinham ardido 180 ha e, portanto, tratava-se de um relativamente pequeno incêndio, enfim, não muito pequeno, mas de um pequeno incêndio.

No dia seguinte, cerca das 14 horas, houve um reacendimento e foi este que deu origem ao grande incêndio, porque, com um vento muito forte, o fogo progrediu ao longo do vale do rio, de oeste para leste, e veio a determinar a grande área ardida que conhecemos (*slide 17*). Pelo meio, houve situações bastante dramáticas, como o caso das projeções de material incandescente e o envolvimento da aldeia de Quinta das Quebradas, que foi apanhada no pior do incêndio e a sua defesa foi um caso bastante sério (*slide 18*).

No final desse dia, houve uma acalmia, mas, no dia seguinte, de manhã, houve uma rotação do vento e um flanco que, em parte, não estava, digamos, completamente suprimido, começou a propagar-se para sul (*slide 19*). Antes, tínhamos cerca de 10 000 ha de área ardida e, desta propagação para sul, resultaram mais 7000 ou 8000 há (*slide 21*).

Identificamos neste incêndio três momentos-chave, o primeiro dos quais foi o do reacendimento, no segundo dia, que, como vimos, deu origem, depois, ao grande incêndio (*slide 22*).

O segundo momento foi o da defesa de Quinta das Quebradas, a aldeia que foi apanhada num momento muito violento do incêndio.

O terceiro momento, em nossa opinião, ocorreu no dia 10, com a mudança de direção do vento, a falta de antecipação dessa situação e a reação um pouco tardia, o que deu origem, de facto, a estas situações.

Depois, temos outras situações determinantes, como também já referi, designadamente: a existência de quintas e lugares; a falta de cultura de autoproteção das populações, através de medidas de ação preventiva; a gestão de combustíveis na área afetada pelo incêndio era incipiente; a rede de pontos de água era diminuta, como tive ocasião de referir (*slides 23 e 24*).

Pareceu-nos também que, ao longo deste incêndio, o empenhamento das autarquias não foi o suficiente e continua a existir falta de previsão antecipada do comportamento do fogo (*slide 25*).

Passando para o incêndio do Caramulo, que, na realidade, foram três incêndios — chamamos-lhe incêndio do Caramulo, mas foram três incêndios que se juntaram —, também os analisámos com bastante detalhe (*slide 26*). Dois destes incêndios tiveram uma origem praticamente comum, mas, depois, divergiram.

Em relação a este incêndio, fizemos uma análise semelhante, como podem ver na apresentação (*slide 27*), ou seja, podem ver a localização dos pontos de água, que, neste caso, eram bastante abundantes, mesmo na zona do incêndio, as povoações e a rede viária, que era bastante densa.

Temos um mapa (*slide 29*) que mostra os incêndios ocorridos no passado e onde podemos ver que, nos últimos 25 a 30 anos, praticamente também não houve incêndios em boa parte da zona atingida.

Trata-se de uma zona com declives também muito acentuados e chamo a atenção de que a zona de maiores declives foi aquela onde ocorreram os dois acidentes com quatro mortes.

Temos também um mapa de ocupação do solo e de combustíveis (*slide 30*).

Chamo a atenção de que, neste incêndio, houve vários concelhos afetados e cada concelho tem o seu gabinete de trabalho que cria os mapas de combustível, o que não nos parece uma situação aceitável, uma vez que os mapas de combustíveis mudam, quando se passa a fronteira de um concelho. Portanto, devia haver uma maior uniformização nestes mapas, o que não se verifica.

Quanto às áreas intervencionadas, chamo a atenção de que havia, de facto, uma faixa de rede primária. No cenário deste incêndio, havia várias

zonas sob a jurisdição do ICNF, perímetros florestais que foram, em boa parte, atingidos por este incêndio. A faixa funcionou em parte, mas noutra parte não funcionou (*slide 31*).

Sobre este incêndio, também fizemos uma análise muito detalhada, quase hora a hora, de toda a evolução de cada um dos três fogos (*slides 32 e 33*). Não está aqui em questão detalhar este aspeto, só o refiro para verem o detalhe e o pormenor a que pudemos chegar.

Os comentários que fazemos a este incêndio são os seguintes (*slides 34 a 37*): ficou marcado pela ocorrência de dois acidentes, com a perda de quatro vidas, além de vários outros incidentes; afetado por condições meteorológicas e de topografia particularmente difíceis para o combate; os meios, de um modo geral, eram suficientes, mas, na nossa opinião, nem sempre estavam bem organizados; as povoações, uma vez mais, tinham falta de autoproteção; havia falta de limpeza da floresta e das matas, em particular junto das casas; as ações de manutenção das faixas de gestão não estavam bem cuidadas.

A estratégia usada no combate a grandes incêndios, na nossa opinião, deve ser ainda melhor estudada, a utilização de fogo tático deve ser repensada e devem promover-se ações de treino conjunto entre as diversas entidades.

Estes foram os comentários que fizemos a cada um destes incêndios.

Agora, vou procurar resumir as conclusões a que chegámos, num conjunto de 11 pontos, as quais estão inseridas na primeira parte do nosso Relatório, que já é pública, e, se me permitem, passo a referi-las (*slides 38 a 48*).

Em primeiro lugar, mantém-se a necessidade de incrementar as ações de prevenção estrutural, como illustrei na apresentação.

Impõe-se melhorar a sensibilidade dos cidadãos, pelo que se torna necessário envolver mais a população em tarefas de vigilância, proteção e autodefesa, dando-lhes recursos para esse fim.

Convém melhorar a integração e a articulação de todas as entidades envolvidas no sistema. Embora já se tenha avançado muito, temos ideia de que ainda é necessária uma melhor integração dessas várias entidades no teatro de operações — e estamos sempre a falar na vertente do combate.

É necessário melhorar a formação dos bombeiros em matérias relacionadas com o comportamento do fogo, em especial em situações extremas. No Relatório, propomos um protocolo de combate para incêndios em encostas ou desfiladeiros, que nos parece importante que seja, pelo menos, analisado e, eventualmente, adotado pelas forças de combate.

Deve cuidar-se do equipamento dos bombeiros, não se poupando no preço, na qualidade ou na exigência das especificações. Embora nem sempre tenha sido o fator decisivo, estamos convencidos de que, em alguns dos casos que estudámos, teria feito alguma diferença na sobrevivência de bombeiros ou até, digamos, na redução de feridos.

Devem melhorar-se as condições de prestação de socorro aos bombeiros em situações críticas. Vimos vários casos em que os bombeiros estão preparados para salvar outras pessoas, mas não estão preparados para se salvarem a si próprios.

A metodologia de uso do fogo tático como técnica de supressão deve ser revista. Referimos isto a propósito do incêndio do Caramulo, mas esta é uma situação que nos parece muito importante, e até muito grave, porque há uma anarquia e uma certa desordem na utilização deste meio.

Deve fomentar-se melhor o uso da previsão meteorológica à escala local e a previsão do comportamento do fogo.

Nas ações de combate, deve cuidar-se, em particular, da vigilância e do rescaldo. Como tive ocasião de verificar no primeiro incêndio, uma parte da área ardida decorreu de um reacendimento, e mesmo alguns acidentes que analisámos decorreram de reacendimentos, de rescaldos mal feitos.

Deve melhorar-se a coesão nas equipas de combate, porque nos acidentes que analisámos também verificámos algumas situações de, exatamente, falta de coesão dentro das equipas.

E, por fim (esta é uma recomendação que vimos fazendo há algum tempo, mas voltamos a fazê-la, aproveitando esta oportunidade), dever-se-ia fazer um programa nacional dedicado à defesa da floresta contra os incêndios, que envolvesse várias entidades, e a comunidade científica certamente estará disponível para o fazer, para melhorar, de uma forma integrada, esta situação em todo o País.

A Sr.^a Coordenadora: — Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier Viegas, muito obrigada por esta apresentação, que até a mim, que sou relativamente leiga nesta matéria, estando mais ligada à área da segurança social e da saúde, me suscitou uma série de questões e certamente um grande interesse.

Peço desculpa, mas, como tinha inicialmente entendido que iríamos fazer dois blocos separados, não saudei e não agradei devidamente ao Srs. Eng.^{os} Orlando Ormazábal e João Lé, respetivamente diretor-executivo e administrador da AFOCELCA — Central de Incêndios Florestais, a quem pergunto se têm alguma apresentação a fazer.

Pausa.

Faça favor, Sr. Eng.^o João Lé.

O Sr. Eng.º João Lé (Administrador da AFOCELCA): — Sr.ª Vice-Presidente, Srs. Deputados, de facto, não nos propomos fazer qualquer apresentação sobre este tema dos incêndios, porque a nossa lógica é mais no campo da prevenção e são os seus aspetos principais que consideramos deverem ser partilhados convosco a seguir.

Portanto, a lógica da AFOCELCA é uma lógica um bocadinho mais virada para a primeira intervenção e para o combate, não é tanto a lógica quer do Grupo Portucel Soporcel, quer do Grupo ALTRI, que são as partes integrantes e que constituem a AFOCELCA. A nossa lógica é mais no âmbito da prevenção, mas a AFOCELCA é para nós primordial, porque, digamos, é um complemento da nossa atividade.

A Sr.ª Coordenadora: — Com certeza.

Assim sendo, tem a palavra para apresentar as suas questões ao Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier o Sr. Deputado Pedro Lynce.

O Sr. Pedro Lynce (PSD): — Se me permitem, as minhas primeiras palavras são para a Sr.ª Coordenadora, por todo o gosto e o prazer que temos em trabalhar conjuntamente, nomeadamente num Grupo que se tem mostrado muito homogéneo, não sob o ponto de vista ideológico, mas com o objetivo que pretendemos que é, afinal, o de tanto quanto possível, atenuar este drama.

Gostaria ainda de agradecer a presença do Sr. Professor e dos seus colaboradores. Encontrámos aqui, provavelmente, uma perspetiva diferente de todas aquelas que já ouvimos, e era isso que pretendíamos. Porém, confesso que, sinceramente, para ser o mais pragmático possível, vou referir-lhe aqui três pontos que têm a ver, provavelmente, com algumas

falhas e com o modo como se podem resolver, e um último ponto, de que muito se fala, e sobre o qual não estamos totalmente esclarecidos.

Quanto às falhas, gostaríamos que falasse sobre os pontos de água. Foi logo um dos primeiros aspetos de que o Sr. Professor falou: a ausência de pontos de água naquela área da Alfândega da Fé.

Outro problema que me causa preocupação — embora haja um despovoamento muito grande, mas cada vez há situações mais dispersas —, é o facto de o Sr. Professor dizer que acha que a autoproteção tem sido bastante..., quase que diria, «desleixada», passo a expressão.

Tinha um terceiro ponto que consideramos fundamental e que é o problema da previsão. Hoje já temos previsões quase suficientemente rigorosas, digamos, especialmente nos primeiros dias, onde já há uma série de atividades que as utilizam, e parece que este seria um ponto fundamental, designadamente em termos dos reacendimentos, etc., etc. Gostaria que nos dissesse qual seria o passo seguinte para que isto se torne uma realidade.

Finalmente, uma última pergunta — essa sim, as outras penso que são para o Sr. Professor relativamente fáceis de responder, e já deve ter a resposta «debaixo da língua» —, que é o problema do fogo tático, também considerado como fogo controlado. Nós temos ouvido aqui várias versões, em todas as audições se fala na sua utilidade, mas coloca-se sempre o problema de saber quem são as pessoas competentes para o fazer, e se, eventualmente, um indivíduo que não esteja devidamente formado, quais poderão ser as consequências. Em relação a tudo o que nos disse, e que é muito importante — nomeadamente determinadas afirmações que aqui fez, como em relação à existência de meios suficientes, mas sem estarem devidamente organizados, etc. —, acho que isto começa a ser uma repetição. Por isso, daqueles três pontos em que verificou haver, de facto,

ausências, gostaria que nos dissesse como é que pensa que pudessem ser resolvidos, quer de imediato, quer a médio prazo.

Finalmente, gostaria de saber da sua experiência em relação ao fogo tático e à formação dos indivíduos para se responsabilizarem por esse fogo tático.

A Sr.^a Coordenadora: — Segundo me informaram, é habitual os Srs. Deputados colocarem as questões e depois os convidados responderem em conjunto. Porém, creio que hoje não vamos proceder deste modo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr.^a Vice-Presidente, é também um prazer para nós tê-la neste Grupo de Trabalho.

Sr. Professor, a sua apresentação, de facto, gerou em mim uma série de preocupações e de questões.

Em primeiro lugar, quando diz que a faixa não funcionou totalmente. Eu gostaria de saber qual é a sua opinião relativamente às faixas primárias, secundárias e terciárias, qual é o estado da nação a esse nível e, na sua opinião, qual é a importância que atribui a esta questão. Isto é ou não é determinante? Nós termos uma rede primária, as «autoestradas» de prevenção todas feitas, é ou não é prioritário em Portugal?

Segunda questão: de cada vez que ouvimos as suas intervenções fala em questões de organização no teatro de operações. Sr. Professor, é defensor da necessidade de criarmos uma carreira de gestores de emergência em Portugal, isto é, quem comanda um fogo desta dimensão tem ou não necessidade de ter formação específica para isso?

Nem todos os CADIS (Comandante de Agrupamento Distrital), nem todos os CODIS (Comandante Operacional Distrital), nem os 2.^{os}

comandantes têm formação a este nível. Gostaria de saber se, em sua opinião, deveríamos ter em Portugal uma carreira de gestores de emergência. E, já agora, aproveitava esta pergunta para o questionar sobre se considera que o modelo de escola de formação de bombeiros que existe em Portugal é o bom modelo, ou se deveríamos evoluir para um modelo de formação não apenas de bombeiros mas também para a Proteção Civil, isto é, se temos de ter um modelo de formação de uma natureza mais ampliada e se considera que a gestão feita a partir da Liga de Bombeiros é a mais apropriada ou se deveria ser a Autoridade Nacional de Proteção Civil a fazer a gestão da formação em termos de bombeiros e Proteção Civil.

Esta questão liga-se a uma outra, que tem a ver com a necessidade, ou não, de robustecermos a Força Especial de Bombeiros em Portugal. Nós temos uma Força Especial de Bombeiros, dependente da Autoridade nacional de Proteção Civil: 300 homens; temos, naturalmente, os jipes: 600 homens. Em sua opinião, a GNR deverá continuar a fazer a primeira intervenção, ou devemos fortalecer a Força Especial de Bombeiros, no sentido de ser ela a fazer a primeira intervenção e deixarmos para a GNR outras ações específicas e muito especializadas? No fundo, a questão que lhe coloco é se deveríamos aumentar os efetivos da Força Especial de Bombeiros e reduzir a força da GNR, e até onde é que devemos ir nessa proposta, isto é, até onde temos de ter uma Força Especial de Bombeiros e Proteção Civil — repito e faço a precisão: Força Especial de Bombeiros e Proteção Civil, refiro-me sempre a escola de bombeiros e proteção civil, porque julgo que é sobre esta matéria que gostaria de ouvir o seu comentário.

Depois, não se refere, em absoluto, aos meios aéreos e, portanto, ou considera que os meios aéreos, nestes casos concretos que aqui trouxe — é evidente que é sobre eles que se reporta a sua intervenção —, foram

suficientes e resolveram o problema, ou considera que nem sempre estiveram bem e, mais, que temos necessidade, a nível nacional, de ter outros meios aéreos, para além daqueles de que dispomos.

Refere-se, ainda, a uma outra questão, que tem a ver com as equipas de combate a reacendimentos — combate / rescaldo —, que é uma questão que é também recorrente nas nossas conversas.

Como sabe, não há uma adequação, em todo o território, dos meios de combate. Pergunto-lhe como é que resolvemos isto. Considera que o modelo de GRUATA e de GRIF resolve o problema ou devemos avançar para outro modelo?

Peço desculpa, mas, de facto, a sua intervenção gerou-me tantas perguntas que já ultrapassei o tempo de que dispunha...

Uma outra questão tem a ver com a autoproteção das povoações. Gostava que concretizasse o que é que quis dizer quando falou em haver uma maior autoproteção das povoações.

Tenho uma última questão, sobre um aspeto que não percebi. O que é isso do programa nacional? A sua última sugestão foi sobre um programa nacional. Em que é que consiste a sua proposta de programa nacional? Como é que se concretiza na prática?

A Sr.^a Coordenadora: — Muito obrigada, Sr. Deputado Miguel Freitas. É, de facto, um exercício difícil encontrar o justo equilíbrio entre a gestão adequada do tempo e um cabal esclarecimento. Em todo o caso, comparando com outros nossos colegas, foi muito sucinto, Sr. Deputado.

Entretanto, juntou-se a nós o Sr. Deputado Abel Baptista, a quem dou agora a palavra.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr.^a Vice-Presidente da Assembleia da República, Sr. Prof. Xavier Viegas, peço imensa desculpa por não me ter sido possível assistir à sua intervenção inicial, até porque, como sabe, tenho por si uma admiração muito grande e reconheço-lhe não só a competência como também a capacidade e a inteligência no que diz respeito à questão dos fogos florestais. Portanto, foi para mim penalizador não ter aqui estado, mas encontrava-me numa reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, de que sou presidente, com o Sr. Secretário de Estado da Cultura e só agora pude ser substituído por um dos vice-presidentes.

Sr. Professor, provavelmente, vou fazer-lhe aqui algumas perguntas que já lhe foram colocadas pelos meus colegas, facto pelo qual peço desculpa.

Sendo o Sr. Professor, provavelmente, a pessoa que, em Portugal, mais tempo tem dedicado à análise do comportamento dos incêndios florestais, tem, por isso, um conhecimento muito aprofundado sobre a forma como a evolução do fogo se tem feito ao longo dos anos, sobre o comportamento do fogo na floresta em Portugal, sobre a sua severidade, o seu ataque, a sua prevenção, e, falando pela negativa, também sobre a não prevenção, sobre o mau ataque, sobre o comportamento da floresta e a forma como ela está ordenada ou desordenada.

Portanto, sendo a pessoa que mais conhece sobre esta matéria em Portugal, queria colocar-lhe duas ou três questões que poderão ter a ver com a missão deste grupo de trabalho.

É necessário criar ainda alguma legislação? É necessário, na nossa opinião, fazer cumprir a legislação que existe, quanto a isso não temos dúvida nenhuma, até porque a legislação existe, só que alguma dela não é

cumprida, como temos verificado e já notámos isso. Portanto, há que tomar medidas por parte da Administração para que passe a ser cumprida.

Contudo, há alguma medida legislativa que o Sr. Professor entenda dever ser tomada, nomeadamente na questão do ordenamento? Como é que ela dever ser feita, sabendo nós que 95% da propriedade florestal é privada? Se fosse propriedade pública poderíamos intervir de uma forma diferente, porque o titular da propriedade era o Estado e, portanto, teria mais legitimidade para intervir; sendo propriedade privada tem de ser o Estado, na sua qualidade de *jus imperii*, enquanto titular do direito legislativo, a impor a sua administração. Portanto, há algumas medidas que deveriam ser tomadas na questão do ordenamento, desde logo?

Há muitas outras questões sobre as quais temos conversado entre nós e já ouvimos muitas opiniões sobre formas coercivas de impor ao proprietário determinadas medidas. Como é que isto se pode agilizar, sendo certo que muitos dos proprietários são microproprietários? Temos propriedades com áreas inferiores a 500 m² no meio da floresta! Temos esta realidade em que pensar, e o pior é que esta realidade existe, sobretudo, nas zonas Norte e Norte Interior, que é onde acontecem os incêndios, onde exatamente temos o maior problema de incêndios. Portanto, na sua opinião, Sr. Professor, qual era a medida que se deveria tomar?

Foi-nos já aqui dito pela Proteção Civil que apenas 5% ou 6% dos incêndios em Portugal respeitam às grandes áreas ardidas, os outros 95% ou 94% dos incêndios referem-se a pequenas áreas e são controlados imediatamente ou quase imediatamente, são até, numa classificação que pode ser feita, fogachos e nalguns países não correspondem sequer a incêndios florestais.

Portanto, atendendo a que temos esse problema, há medidas que podem ser tomadas? Vê alguma vantagem, por exemplo, na vigilância

remota, na vigilância eletrónica, na videovigilância ou nos detetores de incêndio através de fontes de ignição que possam dar um alerta ainda mais rápido, sabendo nós que alguns destes incêndios surgem durante o período noturno? Ou seja, estamos a falar de mão humana na colocação dos incêndios?

Quanto a meios, é impossível ter todos os meios humanos e materiais em todo o lado ao mesmo tempo. Uma das questões que tem sido aqui muito abordada e, provavelmente, o Sr. Professor é capaz de já ter pensado sobre isto, diz respeito à deslocação de meios. A deslocação de meios leva sempre algum tempo e, muitas vezes, os meios só são mandados deslocar quando o incêndio já está ativo — isso aconteceu no Algarve e aconteceu na zona centro, no incêndio do Caramulo —, os meios só são deslocados quando o incêndio já está (e com isto não quero fazer nenhum tipo de juízo) descontrolado.

Há alguma forma de ter os meios colocados? Hoje há mecanismos de prevenção sobre meteorologia, sobre humidade no solo, sobre ventos, sobre um conjunto de situações, que começam a dar-nos informações prévias. Deveria haver a possibilidade de antecipadamente colocar meios no terreno?

A Sr.^a Coordenadora: — Não havendo, por agora, mais questões a colocar, passo a palavra ao Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier, que, obviamente, poderá repartir o seu tempo de resposta com o Sr. Dr. Miguel Almeida ou com o Sr. Eng.^o Luís Ribeiro, se assim o entender.

O Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier: — Muito obrigada, Sr.^a Vice-Presidente.

Na verdade, fiz-me acompanhar por dois colegas, que me secundarão naquilo que entenderem; nós trabalhamos em equipa, conversamos muito sobre estes assuntos e, portanto, não temos uma identidade de pensamentos, mas partilhamos muito as nossas ideias.

Vou, então, tentar responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados, a quem agradeço. Como algumas das questões estão ligadas, permitam-me que, por uma questão de salvaguarda de tempo, agregue também as respostas.

Começando pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Lynce em relação aos pontos de água, de facto, existem situações em que, por coincidência, em zonas difíceis onde ocorrem incêndios, há falta de pontos de água, o que pode ser particularmente grave nos anos de maior seca ou em que houve menos tempo para esses pontos de água encherem.

Julgo que haveria formas de suprir esse problema colocando pontos de água artificiais, reservatórios. Há países em que isso é feito, ou seja, em que são identificadas estas situações e em que se procura suprir essa falta com reservatórios, que até são amovíveis, podem ser transportados e podem ser enchidos, e isso pode fazer alguma diferença. Alguns deles podem ser colocados em pouco tempo, outros podem ser pré-posicionados e ficarem preparados durante o verão.

O Sr. Pedro Lynce (PSD): — Peço desculpa por interromper, mas quero só esclarecer o seguinte: então, os pontos existem, mas não havia água. É isso?

O Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier: — Nalguns casos, será isso. Não digo que seja o caso das situações que aponte, mas há situações em

que os pontos não são acessíveis, por exemplo, aos meios aéreos, porque não estão devidamente tratados e marcados. Há situações dessas.

Vários Srs. Deputados mencionaram a questão da autoproteção. Para nós, este é um ponto muito importante, porque temos de reconhecer que a nossa floresta, felizmente, é habitada, tem pessoas — poucas, mas tem pessoas —, e ainda bem que tem, pois quando essas pessoas saírem de lá vai ser ainda pior.

Os poucos aglomerados populacionais que existem, se forem mantidos, constituem uma defesa não só para as populações como para os bombeiros, como locais de refúgio. A floresta pode estar a arder de um modo tão desgraçado que bombeiros não possam aguentar-se lá, por isso é bom se tiverem um sítio onde se possam proteger.

Contudo, é preciso que essas pessoas estejam conscientes de que haverá situações em que não poderão ser socorridas e em que terão de ser valer a si próprias. Isso aconteceu já várias vezes. Este ano, no Caramulo, na noite de 29 para 30 de agosto, houve uma ventania de 70 km/h, o fogo percorreu uma dúzia de aldeias em poucas horas, que ficaram entregues a si próprias, sem socorro.

Temos de pensar que estas pessoas ou são retiradas dos locais com antecedência para evitar problemas ou, se isso não for possível e se não puderem ser socorridas, têm de ter condições para ficarem lá, caso contrário, esta gente vai-se mesmo embora, migra, porque ninguém quer ver os seus familiares, os seus parentes sujeitos a uma situação destas. Portanto, é necessário dar-lhes condições para ficarem lá. Essas condições podem passar por nessas terras dotar as pessoas válidas de recursos, de meios, ou por criar refúgios em cada aglomerado populacional onde as pessoas possam estar com alguma segurança e com algum conforto, mesmo relativo, sabendo que não estão em risco de vida.

Quanto a nós, esse é um programa que devia ser feito a nível nacional, a nível extensivo, porque não sabemos onde é que os incêndios vão acontecer amanhã. Este ano foram nestes sítios, amanhã podem acontecer noutra local qualquer... Portanto, devia ser um programa vasto e extensivo, para que os bombeiros não tivessem de estar preocupados com a defesa das pessoas durante o incêndio.

Dou, muitas vezes, o exemplo da Segunda Guerra Mundial: durante os ataques aéreos, durante os bombardeamentos, a população estava em refúgios; os militares não tinham de se preocupar em salvar, em retirar ou em defender cada pessoa, porque a população tinha refúgios à prova de bomba. Julgo que se não criarmos medidas para defender a nossa população estamos a prestar um mau serviço ao nosso País.

Isto prende-se com uma outra situação de que falei, sobre a existência de um programa nacional. Tenho dito várias vezes nas minhas intervenções que este é um problema que não se resolve só com mais aviões, com mais forças de bombeiros, com mais isto ou mais aquilo, resolve-se conquistando a população, trazendo a população para este problema.

O que dá cabo do sistema é o grande número de ignições. Temos verificado estatisticamente que, até 100 ou 200 ocorrências por dia, o sistema responde e tem vindo a melhorar, sendo que as áreas ardidas em média por dia têm vindo a reduzir-se de quinquénio para quinquénio. Porém, quando o número de ocorrências é superior a 200 ou 300 — e temos muitos dias em que isso acontece, ainda por cima estão a somar-se incêndios que já estão em curso — o sistema entra em colapso. Temos dias com 400, 500 ou 600 ocorrências, e não há sistema que resista a isso!

Portanto, temos de trazer a população para este problema — e este é o programa nacional de que falo, um programa que deve envolver as várias

instituições e também a comunidade científica. É porque temos estudado muitas questões, temos desenvolvido várias soluções, mas, infelizmente, não as vemos aplicadas.

O problema da floresta em geral — peço desculpa por usar esta imagem, de que não tenho feito uso, mas vou apresentá-la — pode ser visto como se existissem dois rios: há um rio caudaloso, que é o das pessoas que fazem uso da floresta, dos seus produtos, da madeira, das árvores, etc., e que até retiram benefício financeiro disso; e, depois, há um outro rio, que por vezes é um riacho, um pântano ou até um deserto, que é o das pessoas que vivem na floresta, que vivem dela, que trabalham nela e que, às vezes, dão a vida para a defenderem. Dá-me ideia de que se trata de dois cursos de água que não se encontram. Há pessoas que se aproveitam da floresta, fazem uso dela, e muito bem, mas depois há aquelas que vivem dela, mas que não tiram, muitas vezes, o proveito. Digamos que é preciso fazer comunicar estes «vasos». É esse o programa nacional de que falo, Sr. Deputado.

Há dias, assisti à apresentação de um programa chamado «Portugal pela Floresta». Ora bem, acho que deveria ser uma iniciativa destas. Esse programa é mais vasto, é para a floresta em geral, mas eu estava a olhar para o problema dos incêndios florestais, ou seja, a defesa da floresta contra os incêndios. É aí que digo que há necessidade de mobilizar forças e de juntar todas estas valências.

No caso que me diz respeito, a comunidade científica, acho que se devia fazer no nosso País — já temos alguma massa crítica para isso — o que vejo ser feito noutras regiões do mundo, desde logo nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, em que se procura juntar as várias entidades operacionais, como a comunidade científica, as empresas, as autarquias, etc., para se procurar encontrar soluções para estes problemas. No nosso

País não temos feito nada disso. Há coisas que são feitas de modo disperso, mas não se procura juntá-las e tirar partido. É esse o programa nacional de que falo e, naturalmente, quando estamos a falar da defesa das populações, para mim, é fundamental.

Há a ideia de que, quando o fogo chega a um sítio, os populares devem ir embora. Os bombeiros chegam lá, são autossuficientes e, digamos, todo-poderosos e rechaçam até os meios locais — dizemos isso, muitas vezes, nos nossos relatórios. Ora bem, isso não deveria ser feito, porque há pessoas muito válidas nas populações e que conhecem bem o território. Se essas pessoas estivessem devidamente enquadradas e com um colete que as identificasse, os bombeiros chegavam lá e sabiam com quem poderiam contar, para indicarem quais são os caminhos ou, pelo menos, para ajudarem a puxar mangueiras ou até para tomarem conta da defesa da aldeia em questão. Nós temos de nos organizar.

Há uns anos, tomaram-se medidas, como o programa «Aldeias Seguras», e um outro programa que tinha quase o mesmo nome, os mesmos objetivos e que era feito por duas, três entidades ao mesmo tempo. Qualquer desses programas fracassou, não foi por diante. Foram gastos alguns dinheiros, mas não foi dada nenhuma continuidade. Foram entregues *kits* a algumas juntas de freguesia e a algumas pessoas. Mas, depois, o que é que saiu daí? É disto a que me refiro quando estou a falar de um programa nacional, Sr. Deputado.

Falamos, agora, relativamente ao fogo tático e à formação. O fogo tático, realmente, é uma ferramenta muito importante. Fala-se do GAUF (Grupo de Análise e Uso do Fogo), que é constituído pelos técnicos credenciados. Quanto a nós, consideramos que a questão não tem estado a ser bem gerida pelas entidades. Parece-nos bem que haja pessoas credenciadas e reconhecidas, mas não pode ser apenas meia dúzia de

peessoas. O fogo tático é uma ferramenta importante e tem de ser usado muitas vezes e de modo apropriado, mas são decisões que têm de ser tomadas em pouco tempo. Não se pode estar à espera, durante horas, ou meio-dia, ou um dia, que chegue ao local uma das poucas equipas que há disponíveis no País para fazer esse trabalho.

Na nossa opinião, esta foi uma questão que ficou fechada num grupo relativamente pequeno de pessoas. Este grupo deveria ser alargado, porque esta competência não existe só naquelas pessoas que, atualmente, estão credenciadas para fazer o fogo controlado. Há muito mais gente que sabe fazer este fogo com competência, apenas se trata de pessoas que não estão reconhecidas e autorizadas.

Ora bem, este ano, assistimos, sobretudo nos incêndios no Caramulo, mas de um modo geral no distrito de Viseu, a uma utilização muito extensiva do fogo tático. Em alguns casos, criou problemas, conflitos, etc., mas não vamos agora entrar nesses pormenores. Julgo que isso resulta, exatamente, da má organização que há em relação a este problema. A nossa opinião é a de que deveria ser dada credenciação a um número maior de pessoas, que deveriam estar preparadas e autorizadas a intervir quando fosse oportuno. Não faço questão que sejam técnicos de silvicultura, ou bombeiros, ou o quer que seja. Interessa que sejam pessoas que tenham essa preparação e, caso saibam, deveriam fazê-lo.

Passo agora para um problema que me foi colocado: o da formação. A nossa opinião é a de que sentimos falta, neste campo, de uma escola que seja do tipo de uma academia, como as Forças Armadas têm a Academia Militar. Enfim, têm uma academia que forma todo o seu oficialato. Portanto, os bombeiros deveriam ter uma formação superior, porque são pessoas que, de facto, têm algumas credenciais, podem ter um posto e até

um comando de uma situação, mas depois eles próprios reconhecem que não são competentes.

Assistimos e identificámos situações em que a própria pessoa que estava com o comando de um corpo de bombeiros estava a comandar um setor mas reconhecia que não tinha competência. Um comandante de um grupo, de uma GRIF, que não tinha experiência em fogos florestais, delegou o comando de umas ações no seu segundo comandante. Isto cria situações que são difíceis de compreender...

Portanto, dá-nos ideia de que deveria haver, realmente, uma formação, uma escola de base que fosse geral e que abrangesse toda a gente. Se essa escola é gerida pela Liga, pela ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil), não sei bem, porque venho de uma academia, de uma universidade e as universidades têm alguma independência; é claro que têm uma tutela, têm de ser avaliadas e têm de ter alguma supervisão...

Pessoalmente, conheço até certo ponto a gestão da Escola Nacional de Bombeiros — tenho-a acompanhado ao longo destes anos —, mas não conheço o seu interior a ponto de poder formular um juízo. Dá-me ideia de que não posso estar, digamos, muito satisfeito pela forma como a Escola Nacional de Bombeiros tem estado a ser gerida ao longo destes anos. Com a intervenção da Liga, da ANPC — penso que são estas entidades, não sei se há mais alguma —, considero que não tem havido esse espírito de criar propriamente uma academia, uma maior ligação ao ensino superior, uma formação superior, feita por uma escola. Dá-me a ideia de que esta gestão poderá ser melhorada — não sei dizer exatamente em pormenor, ou seja, em que pontos — e, de facto, revista, sobretudo no sentido de se formar uma escola.

O Sr. Deputado perguntou qual é a nossa opinião em relação à necessidade de força especial de bombeiros ser reforçada e qual o papel da

GNR e do GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro). Julgo que são papéis complementares. O GIPS tem um papel muito importante na vigilância, na dissuasão, e julgo que se nota. Temos conhecimento de que, onde eles atuam, têm tomado iniciativas que vão até para além da sua missão, obrigação, no sentido de sensibilizar muito a população, o que tem alterado as coisas.

A opinião que temos é a de que, de facto, deveria haver o GIPS e a Força Especial de Bombeiros em todo o País, o que implica que a presença da GNR deveria estar na vigilância do território por todo o País, mas a Força Especial de Bombeiros também deveria ter expressão geral. Quer dizer, não compreendemos bem que haja distritos guarnecidos por uma força e outros por outra. Há ali qualquer coisa que falha, portanto falta essa complementaridade.

Sendo mais concreto, o Sr. Deputado colocou uma pergunta relativamente ao combate. Julgo que no ataque inicial seria melhor haver um reforço com a Força Especial de Bombeiros. Portanto, ter uma força uniformizada, bem equipada e treinada que fizesse esse trabalho e deixar os efetivos da GNR fazerem a vigilância do território. O papel policial tem uma eficácia muito grande na dissuasão do início de fogo. Nós já vimos que esse é um dos principais problemas, senão o primeiro problema que temos nesta situação.

Não fizemos referência aos meios aéreos, porque, nestes casos que estudámos, não houve assim muitas situações. No Caramulo, obviamente, atuaram meios aéreos. Estamos cientes de que os meios aéreos que estiveram lá, ou seja, os mais pesados, foram estrangeiros, porque nós não os temos. Mas a nossa ideia é a de que o País deveria ter esses meios. Somos favoráveis a que o nosso País devesse ter alguma autonomia nesses

recursos, para nos podermos valer e para podermos socorrer, também, os países vizinhos, quando haja necessidade disso.

Que meios, que marcas, que modelos? Não sei, mas obviamente que os mais utilizados, e por uma questão de complementaridade, julgo que são os *Canadair*... Portanto, seriam os meios mais adequados, mas obviamente que não faço questão que seja esse ou um outro qualquer.

Também se falou da questão da previsão, pergunta colocada pelo Deputado Pedro Lynce. Realmente, sentimos que há falta dessa capacidade de previsão. Em concreto, na previsão do comportamento do fogo, e conheço relativamente bem a ANCP (Autoridade Nacional de Proteção Civil), sei que eles têm vários grupos de trabalho para prever vários riscos, nomeadamente de cheias, de terremotos, etc., mas na parte de incêndios florestais não tem havido muito trabalho. Enfim, nós temos feito algum trabalho e estamos disponíveis para colaborar, mas de modo algum queremos propor ou impor as nossas competências. No entanto, entendemos que deve ser feito mais trabalho neste sentido.

Não há certezas, mas existe já algum avanço que nos permite ter a antecipação de algumas situações. Isto prende-se também com a questão que o Deputado Abel Baptista colocou: se seria possível pré-posicionar alguns recursos. De certo modo, é, embora deva ter a cautela de que a ocorrência de incêndios é muito variável, aleatória.

Também perguntou como é que estávamos a ver a evolução das condições ao longo dos anos. De facto, o ano passado foi particularmente gravoso em duas medidas: por um lado, tivemos um excesso de precipitação e no período de inverno houve crescimento de vegetação, que ficou disponível no terreno; por outro lado, tivemos temperaturas muito altas, durante 40 dias seguidos, e alguns episódios de vento forte, o que tornou as condições muito graves.

No ano passado, creio que já foi feito algum pré-posicionamento, porque o centro-norte do País foi identificado como uma área crítica. Obviamente que não pôde haver toda a eficácia, porque há limitações, como sabem. Felizmente, hoje em dia, com a rede viária que temos, é relativamente fácil deslocar esses meios, embora saibamos que há problemas. Essa é uma questão, de facto, um bocado complicada de estudar.

Falou-se ainda do modo como se poderia resolver o reacendimento. Ora bem, há a questão da vigilância, que muitas vezes deveria ser feita com recurso a outras forças. Isso é o que nós preconizamos. Não seriam necessariamente as Forças que estiveram a combater o incêndio, porque estão fatigadas, às vezes desmotivadas e, portanto, não estão com atenção. Pelo menos, foi o que observámos no incêndio de Alfandega da Fé, em Picões. Mas aí julgo que, por exemplo, as forças militares poderiam dar um apoio. Se o custo efetivo não for muito elevado, parece-nos que é uma daquelas tarefas que as forças militares poderiam fazer.

Diria também que a utilização de tecnologia permite ajudar. O avião CASA da Força Aérea tem sensores de infravermelhos que num voo permitem identificar perfeitamente os pontos quentes, coisas que não se veem do chão, mas que uma câmara de infravermelhos pode identificar o que é que está a arder. Também a utilização de produtos químicos, ao fazer o rescaldo, permite aumentar a eficácia e combater o reacendimento. Mesmo que a água se evapore, o resíduo químico permanece lá, inibe a reação de combustão e evita o reacendimento. Quanto a nós, devia ser usado de uma forma mais extensa, particularmente nas zonas críticas ou onde possa haver mais perigo.

O Deputado Abel Baptista perguntou se deveria haver mais legislação. Nós temos acompanhado esta situação e vemos que tem sido

produzida muita legislação. Partilho da sua opinião: o que é preciso, antes de mais, é pôr essa legislação em prática.

Em todo o caso, há alguns aspetos de que me falou sobre o ordenamento. Voltando à questão que referi antes, sobre a prioridade de defender as pessoas, julgo que devia ser mais exigente no tipo de construção que se permite, na localização dessas construções e na defesa dessas povoações. Portanto, não passa por uma regra cega de 10 m ou de 50 m, porque tem de ser visto caso a caso. Há situações em que 10 m são suficientes e outras em que nem 50 m chegam.

Os estudos que são feitos lá fora mostram que não é necessário haver uma limpeza rasa. Pode haver alguma vegetação, desde que esteja devidamente cuidada.

Em relação às faixas de proteção, as tais «autoestradas» mencionadas pelo Sr. Deputado Miguel Freitas, a nossa opinião é a de que elas são indispensáveis. Elas podem não funcionar e não fazer o seu papel numa dada situação, mas, obviamente, se não existirem é que não funcionam mesmo. Se tivermos essas faixas em condições normais ou médias de propagação do fogo, elas podem fazer uma diferença muito grande. É certo que em condições extremas — como no ano passado e este ano, em que tivemos algumas — elas não funcionam (se não forem bem metidas não funcionam), mas se as tivermos podem fazer uma diferença muito grande e, em alguns casos que analisámos, fizeram diferença.

Neste caso do Caramulo eram faixas muito recentes, com dois, três anos, que foram feitas, mas que não foram mantidas. Com a vegetação herbácea que cresceu e que não foi limpa, o fogo passou através das faixas. Houve um episódio em que estava um posto de comando colocado numa dessas faixas da rede primária e o fogo passou pelo posto de comando e ele teve de sair de lá, exatamente porque não havia essa manutenção. Mas, na

nossa opinião, é uma medida prioritária. Sei que está a haver alguma recetividade à execução desta medida, que julgo ser de toda a importância, até porque, se não tivermos esta rede, é muito difícil combater grandes incêndios, mas se tivermos a rede poderá ser possível. É claro que a rede pode ser ultrapassada por um foco de segurança, mas se não a tivermos é que podemos esquecer e podemos contar com vários milhares de hectares arditos.

Não sei se os meus colegas pretendem acrescentar alguma coisa...

A Sr.^a Coordenadora: — Desculpe interromper, Sr. Professor, mas só se for brevíssimo, porque senão ficamos com os nossos tempos descontrolados.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr.^a Coordenadora, só uma última questão...

A Sr.^a Coordenadora: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Tem a ver com uma declaração do Sr. Professor quando diz que as autarquias não têm tido o envolvimento desejado.

Primeiro: na sua opinião, porque é que isso acontece?

Segundo: as CIM, as comunidades intermunicipais podem aqui desempenhar um papel importante? Nós tínhamos um modelo baseado nos distritos e neste momento não temos nenhum modelo, isto é, temos um modelo aleatório. Pergunto se as CIM podem trazer uma nova organização territorial à questão do combate aos fogos florestais, à Proteção Civil, basicamente.

Depois, há uma referência sua a dizer que era necessário uma uniformização do mapa de combustíveis. Gostava de saber o que isso é, porque, não sendo especialista, gostava que me desse algum detalhe sobre isso.

O Sr. Prof. Dr. Domingos Xavier: — Eu ainda não estou familiarizado com este modelo dos CIM, mas reconheço que as autarquias, que os concelhos são talvez uma estrutura demasiado pequena para esta gestão. Portanto, acho que a ligação entre os vários municípios é importante, nomeadamente neste aspeto que referiu dos mapas de combustíveis.

Os mapas de combustíveis são a conversão do que existe no terreno, a vegetação, e fazer com eles uma equivalência a um modelo de combustível, ou seja, como é que aquilo vai arder: conforme o tipo de mato, se são herbáceas, se são plantações de eucalipto. Portanto, cada tipo de vegetação tem um modo de reagir ao fogo, associando-se, por isso, a um modelo comercial.

Há uns anos a nossa equipa preparou um guia de combustíveis que foi adotado pelo ICNF e é recomendado a todos os gabinetes técnicos, mas tem alguma latitude. Quer dizer, um técnico no terreno pode achar que este é o modelo 5 e outro ao lado acha que é o Modelo 4 e, portanto, faz um mapa diferente. É nesse sentido que alguma harmonização entre esses mapas, feita ao nível das CIM ou, melhor, a nível nacional, para que não houvesse descontinuidades nesses mapas e para que a pessoa, quando os está a utilizar, possa saber que está a tratar disso corretamente. Julgo que essa articulação entre as autarquias será importante.

O ano passado, no incêndio de Tavira, encontrámos um envolvimento das autarquias muito bom. Por vezes, as autarquias queixam-

se de que são rechaçadas, que não são envolvidas, mas, neste caso, tivemos uma queixa contrária, mais propriamente tivemos as entidades a dizer que não tiveram, por vezes, localmente o apoio na logística, que consiste, sobretudo, na alimentação, ou algumas coisas pontuais.

Mas, se me permite, pedia aos meus colegas, porque eles estudaram mais de perto esses incêndios, para acrescentarem algo.

A Sr.^a Coordenadora: — Mas com a brevidade possível, por favor.

O Sr. Prof. Doutor Domingos Xavier: — Peço desculpa, mas são dados pontuais.

O Sr. Eng.^o Luís Ribeiro (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais): — Em relação ao envolvimento das autarquias falo no incêndio de Alfândega da Fé, que foi onde tivemos algumas queixas, mais na questão dos apoios logísticos e de uma coisa fundamental, que é a presença dos técnicos florestais dos gabinetes técnicos florestais no teatro de operações.

Há dois anos, no incêndio de Tavira, isso não aconteceu — tal como o Prof. Xavier disse —, foi precisamente ao contrário: os técnicos estavam presentes e ajudaram. Nestes incêndios de Alfândega da Fé, assistiu-se ao oposto: houve, até, algumas queixas de solicitações às autarquias, por parte dos elementos de comando, que não foram respondidas. Portanto, é nesse aspeto.

No que respeita ao incêndio do Caramulo, na parte logística não houve queixas, na alimentação, etc., as pessoas acharam que funcionou bem. O que se pode apontar é que, por vezes, a câmara ou os gabinetes técnicos florestais queriam ceder alguma informação, levando-a para o

posto de comando em formato digital e, depois, por exemplo, era preciso imprimir essa documentação e, por vezes, o posto de comando não está preparado para imprimir. O que acontecia é que teriam de voltar à câmara municipal para imprimir os documentos necessários e, entretanto, neste vai e vem vão-se perdendo tempo e recursos, uma situação que, de alguma forma, pode ser ultrapassada.

A Sr.^a Coordenadora: — Muitíssimo obrigada.

Agora, sim, para fazer a apresentação, por parte da AFOCELCA, tem a palavra o Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal.

O Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal (Diretor Executivo da AFOCELCA — Central de Incêndios Florestais): — Antes de mais, Sr.^a Coordenadora, muito obrigado pelo convite.

Tenho, aqui, dois problemas sérios: um é a falta de tempo e o segundo, não menos importante, é que não falo português. Sou chileno e, parafraseando o Papa, «venho do fim do mundo», mas vou fazer o meu melhor para dar o meu contributo para a missão que me foi aqui encomendada. Portanto, peço desculpa pelas dificuldades na língua. Embora tenha estado alguns anos em Portugal, infelizmente não consigo falar português. Vou tentar falar «portunhol», que é a língua com a qual me tento fazer entender.

Risos.

A Sr.^a Coordenadora: — Os portugueses também falam.

O Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal: — Tenho uma história bem

caricata, porque quando me convém ser espanhol, sou espanhol e em Espanha, por vezes, confundem-me com português, não sei porquê... Portanto, conforme a conveniência, assim assumo a nacionalidade.

Risos.

Por acaso, ontem, estive a falar em algo que também gostaria de aqui referir, nesta Assembleia: tenho sido muito bem recebido em Portugal, por ser um povo muito carinhoso, muito parecido com o povo chileno, por isso, felizmente, sinto-me como em casa. Para além da língua, não tenho outra dificuldade, pois na comida e na amizade é muito parecido com o Chile.

Vamos, então, ao assunto principal. Sobre o que é a AFOCELCA, vou tentar fazer um enquadramento através de uma apresentação em *PowerPoint* para depois entrarmos, de facto, no que nos interessa, que é apresentar uma série de propostas que temos vimos a fazer à distinta entidade.

O que é a AFOCELCA? É um agrupamento complementar de empresas que resulta da união de forças entre o Grupo Portucel/Soporcel e o Grupo Altri. No seu conjunto, estas empresas são responsáveis por aproximadamente 200 000 ha de florestas em Portugal.

Um facto importante é que, desde 2005, a AFOCELCA é a única entidade privada que integra dispositivos nacionais de defesa das florestas contra incêndios em Portugal.

Qual é a missão da AFOCELCA? É uma missão prioritária de combater os incêndios que ameaçam as propriedades das empresas agrupadas, dentro ou fora da propriedade, sempre em estreita coordenação e colaboração da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Quais os princípios gerais que são, digamos, o nosso ADN, qual a lógica da AFOCELCA? Tem como lógica o menor tempo de chegada e de controlo, que implica menor perda para as empresas. Temos uma filosofia de que para nós não existem fumos ou fogos aceitáveis, pelo que todos os fogos e todos os fumos devem ser acompanhados e/ou combatidos, fazendo uma triagem de seguimento de todos os alertas até ao seu fecho.

Na estratégia que utilizamos, tentamos participar ativamente nos CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro); temos um oficial de ligação em cada um dos distritos, temos também participação no CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro) e tentamos participar ativamente no posto de comando operacional (PCO). E aqui vem a parte específica da AFOCELCA, em que temos critérios técnicos de atuação, temos tempos de resposta da organização, temos metas fixadas, e, como por natureza sou bastante desportista, e em termos desportivos sempre me fixei metas, porque, digamos, que quando nos fixamos metas obrigamo-nos a cumprir ou, pelo menos a lutar para as cumprir... Bom, na AFOCELCA temos uma série de metas de tempo: a resposta da organização, a forma de medir cientificamente se a organização está a funcionar bem ou não.

Temos também uma tarefa de localização de meios, assim como um sistema de gestão e controlo das equipas, de formação de profissionalização e, não menos importante, um sistema de coordenação e de colaboração.

Já disse que participámos ativamente nos CDOS e no CNOS, temos oficiais de ligação nos 18 distritos. Não nos fazemos representar no *briefing* diário, mas no *briefing* do CNOS, que regularmente é alargado e, quando somos convidados, também participamos no Comando Nacional. Temos uma participação ativa no posto de comando operacional e tentamos assegurar a ligação entre a força da AFOLCECA e a força da ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil).

Tentamos, também, intervir e/ou sugerir esta ideia que visa o controlo dos incêndios. Temos uma formação florestal, as empresas são florestais, e as nossas equipas são todas constituídas por sapadores florestais, com formação e treino, e tentamos intervir ou sugerir esta ideia que visa o controlo de incêndios.

Tentamos, também, participar, quando nos é permitido, no planeamento de ataque ampliado. Temos participado em muitos dos grandes incêndios florestais e achamos que temos dado um contributo importante para a solução daqueles problemas.

Quanto aos critérios técnicos, temos um tempo de chegada e a ideia é a de minimizar os tempos de chegada aos incêndios. Fazemos um ataque inicial em massa e depois um golpe único sobre uma mobilização musculada para assegurar o controlo do incêndio no ataque inicial.

Estabelecemos uma prioridade dos incêndios conforme as condições de propagação e valor dos povoamentos, madeiras ou outros bens ameaçados. Temos um critério de perigo e dano potencial em função daquilo que mobilizamos no momento.

O tempo de resposta corresponde ao indicador de gestão ou meta. Como Administrador da AFOLCECA, para a semana tenho de entregar um relatório com todas as ocorrências da semana, particularizadas, indicando qual foi o tempo de resposta da organização para todos os incêndios e tenho de dar uma explicação se a organização não respondeu nos tempos que fixámos como metas, isto é, dizer por que não cumprimos e o que temos de fazer para cumprir.

Para além disso, quando temos incêndios sobre 25 ha, também temos de fazer um relatório pormenorizado sobre o que correu bem e sobre o que correu menos bem, e o que temos de fazer para melhorarmos na próxima oportunidade.

Temos, pois, como meta um tempo máximo de despacho de 2 minutos e um tempo de chegada de 30 minutos. Estas são as metas que estabelecemos para o programa.

Relativamente à localização de meios, fizemos estudos com ferramentas matemáticas que nos permitiram otimizar a cobertura, isto é, determinámos onde deviam estar localizados os meios por forma a aumentar a cobertura em termos de área e cruzamos as informações sobre onde deveriam estar localizados os meios de forma a chegarmos aos incêndios no tempo que decidimos. São modelos matemáticos fáceis de aplicar e que nos permitem ter uma localização e uma resposta bastante eficaz, na nossa opinião, do sistema.

Quais as técnicas de combate que utilizamos? Já referi que temos uma vocação predominantemente florestal, pelo que utilizamos principalmente material de sapador, fazemos construção de linhas de fogo com ferramentas manuais, com material de sapador.

Fazemos uso da água, tal como os bombeiros, por via aérea e por via terrestre, mais como complemento ao material de sapador que utilizamos. Utilizamos meios aéreos em conjunto com o ataque terrestre; não há um meio aéreo isolado. Normalmente, se não há condições para os meios aéreos combaterem, isso significa que também não há condições para o combate terrestres, porque atuam em conjunto.

Não temos forma de resolver um incêndio se os meios aéreos não são acompanhados por meios terrestres que consolidar o trabalho que estão a fazer os meios aéreos. Utilizamos o fogo tático com creditação e continuamos a utilizá-lo, mas, claro, que quando nos é permitido por parte do COS.

Achamos que o fogo tático é um elemento fundamental e em Portugal há uma séria confusão a respeito da definição do fogo tático, do

contrafogo, do uso de fogo, de tal modo que acho que é pertinente rever e corrigir, sobretudo, essa definição.

Aquilo que fazemos como sistema de gestão e controlo: temos uma informação geográfica; temos uma central de operações e temos uma central de comando, e todos os alertas são georreferenciados, com uma localização provisória. E à chegada do primeiro meio ao teatro de operações é atualizada a localização do incêndio.

Temos informação operacional, o primeiro meio que chega imediatamente faz-nos um reporte — um ponto da situação — e a partir daí começamos desde o comando, na nossa central de operações, a avaliar como é que esse incêndio vai evoluir e quais são os meios que deveriam ser mobilizados para o seu controlo.

Finalmente, fazemos uma gestão de meios, um controlo diário da entrada e da saída ao serviço de cada um dos meios: todos os combatentes estão cadastrados, cada equipa no início do serviço faz um reporte de início do serviço, dizendo que estão ao serviço os combatentes números e tal; como, repito, estão todos cadastrados, automaticamente sabemos, para cada equipa, onde estão e quais são as pessoas que estão ao serviço.

Todos os meios estão equipados com um sistema de localização de GPS e fazemos uma monitorização em tempo real. Sabemos exatamente onde está cada um dos meios.

Temos também — e achamos que é uma mais-valia na AFOCELCA — um sistema de inspeção e controlo da supervisão. Nós fazemos uma supervisão ativa, isto é, todas as equipas são inspecionadas pelo menos em cada 15 dias e, quando o são, faz-se um auto de vistoria sobre qual é o ponto da situação da equipa, ou seja, fazemos a revisão das ferramentas — se foi feita a manutenção das ferramentas, se a motosserra tem ou não combustível, se a corrente está operacional ou não, se o depósito tem água

ou não, se a motobomba funciona ou não... É porque no início da AFOCELCA o único problema que tínhamos era que efetivamente tínhamos as equipas e, quando chegávamos, pedíamos para fazerem a motobomba arrancar e ela não arrancava, ou o depósito não tinha água ou tinha metade da água, ou a manutenção das ferramentas não estava feita...!

Portanto, mantemos um controlo bastante apertado das equipas e achamos que esta supervisão ativa é uma mais-valia que temos na AFOCELCA. E a partir daí fazemos até inspeções de rotinas, inspeções de surpresa, qualificações e de *rankings* de resultados pelas inspeções. No final de cada campanha, fazemos a «Gala da AFOCELCA» e são premiados os chefes de equipa e as brigadas que obtêm os melhores resultados no fim das inspeções, não tanto no dos incêndios, porque os incêndios são uma coisa particular, embora no caso dos incêndios também se inspecionem as equipas para verificar se efetivamente estão cumprindo ou não os procedimentos que estão estabelecidos.

A AFOCELCA faz uma aposta firme na formação e na profissionalização do pessoal: nós fazemos uma formação teórica, com uma avaliação escrita do pessoal; fazemos uma formação prática que é ministrada pelos supervisores da AFOCELCA; e fazemos uma avaliação física, executada por um licenciado em educação física onde verificamos e controlamos se efetivamente as pessoas que estão ao serviço da AFOCELCA cumprem ou estão minimamente em condições de físicas de acudir, de chegar a um teatro de operações em condições de segurança.

Fazemos também, mas neste caso não para toda a equipa, infelizmente, ainda não conseguimos atingir todas as equipas, mas pelo menos fazemos a todos os chefes de equipa uma avaliação psicológica também por um licenciado em psicologia. Isto porquê? Porque muitas pessoas podem ter experiência em combate a incêndios, mas administrar

uma equipa de combate em situação de *stress* já não é a mesma coisa. Portanto, há uma série de outros aspetos relacionados com a psicologia que devem ser avaliados e um chefe de equipa necessita de ter essa capacidade, porque pensamos que são os chefes de equipa que podem trabalhar no teatro de operações com uma, com duas, com cinco, com vinte equipas e nem todos têm a mesmas capacidade...

Tentamos fazer uma seleção de pessoal através de testes físicos — medimos a capacidade/resistência aeróbica, a composição corporal... O limiar aeróbico, especificamente, para o chefe de brigada é mais exigente; para o resto da equipa, para o combatente, como lhe chamamos, não é tão estrito, mas para o chefe de equipa é bastante exigente. Solicitamos aos chefes de equipa um teste médico, com pelo menos um controlo cardiovascular, fazemos uma avaliação física, um controlo físico, de eficiência motora ou impeditiva, que é fundamental — infelizmente, no teatro de operações, por vezes verificamos que há pessoas que não têm condições físicas para lá estarem, pois têm problemas, digamos, para caminhar, diversos problemas físicos... —, e algum controlo de doenças ou infeções impeditivas para atividade que vamos realizar.

Finalmente, mais uma vez, o teste psicológico: medimos o nível de escolaridade para ver qual é o nível que conseguimos atingir em termos de formação, porque se damos uma formação demasiado teórica ou demasiado intensiva e as pessoas não têm o nível mínimo de escolaridade, essa formação está perdida.

Tentamos ver também a experiência em combate a incêndios, o nível de inteligência e traços de personalidade. Estes são os parâmetros fundamentais que tentamos medir para a seleção do chefe de equipa.

Voltando à apresentação, no que respeita ao que foi feito em 2013, temos uma central de operações que está sedeadada em Leirosa, temos três

supervisores de proteção, que são técnicos ou engenheiros florestais; temos 18 oficiais de ligação do distrito no centro de comando operacional, temos três torres de vigia que estão integradas na rede nacional de postos de vigia, um em Santa Justa, em Valongo, no Norte, temos uma torre de vigia em Salvador, que fica perto da Serra de Malcata, e há uma outra torre na zona centro, que é a torre do Alcoentre. Essas três torres são administradas pela AFOCELCA e estão integradas no sistema nacional de torres de vigia.

Temos 37 unidades de prevenção e vigilância, a que chamamos UPV, que conta com 13 elementos, uma carrinha com *kit*; temos 17 equipas de combate terrestre, neste caso já são seis elementos e uma viatura de tipo *Unimog*, tipo semipesada; temos três brigadas helitransportadas, com helicópteros ligeiros e também com material sapador; temos cinco *bulldozers* em regime de pré-ativação, quer dizer, não estão contratadas diretamente pela AFOCELCA, mas são utilizados caso seja necessária, portanto, estão em pré-ativação e por vezes, quando o prognóstico é alto, já fazemos a sua pré-ativação e pré-posicionamo-las de forma a minorar o tempo de resposta.

E o mais importante para a AFOCELCA são os 45 colaboradores que são funcionários do quadro da empresa e que estão também integrados no nosso sistema de proteção.

Temos uma distribuição territorial dos meios que, tal como podem verificar nos *slides*, abrange todo o território nacional, tanto a unidade de prevenção e vigilância, como a equipa de combate e helitransportada.

Há um gráfico com a participação da AFOCELCA que nós incluímos no *PowerPoint* (*slide* 17) e que é importante: 95%, 96% das intervenções da AFOCELCA são fora do seu próprio património; estão dentro da propriedade das empresas.

E de alguma forma isto representa algum subsídio para AFOCELCA? Não, a AFOCELCA não recebe apoios de nenhum tipo. Poderíamos até traduzir estes 96% numa prestação de serviço público, porque, efetivamente, as empresas através da AFOCELCA estão a prestar um serviço público, porque 96% das suas intervenções estão fora do património. Mas também é verdade que nós fazemos isso para evitar, efetivamente, que o incêndio venha até à nossa plantação.

Um outro assunto que é fundamental para a AFOCELCA, porque acreditamos no *slogan* que diz que «Portugal sem fogos depende de todos», é o da coordenação e colaboração com todas as entidades, que assumem uma importância fundamental na AFOCELCA. A fotografia que vos mostro no *slide* 18 não foi feita por acaso: efetivamente, tentamos integrar-nos com os bombeiros e estabelecer uma cadeia de combate comum.

E como já vos disse, desde 2005, a AFOCELCA integra o Dispositivo Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais.

Sobre os aspetos positivos observados no DFCI desde 2006, digamos que o que mais nos interessa são os aspetos positivos que temos verificado a partir da formulação do Plano Nacional de Defesa da Floresta de 2006, altura em que se adotou um plano nacional, uma filosofia de comando único na Autoridade Nacional de Proteção Civil, se estabeleceu uma estratégia de ataque aos incêndios (com tempos de chegada e golpe único/ataque massivo), se incorporou conhecimento florestal no teatro de operações, se melhoraram os meios e os equipamentos, se utilizam máquinas de rastos no teatro de operações e há uma melhor gestão de controlo dos meios aéreos.

Achamos, no entanto, que alguns problemas ainda existem: o abandono do território rural; o uso incorreto do fogo; falta de ordenamento

do território; incumprimento das responsabilidades sociais; e dificuldades na priorização do combate.

Agora, o que é que podemos fazer melhor? Graduar o terreno em redor da aldeia — o Prof. Xavier Viegas falava da aldeia protegida, da aldeia segura ou da população segura —; sensibilizar a população e ensinar a queimar; apoiar as queimadas com recurso a sapadores e a bombeiros; informar sobre os perigos; partilhar e vigiar; e, quando for preciso, infelizmente, punir.

Vemos também que há uma falta de ordenamento do território. O que podemos fazer? Prevenção no âmbito da Proteção Civil; atuar junto dos municípios através de regulação e fiscalização dos perímetros urbanos; sensibilizar os proprietários para limpar em redor da casa — mais uma vez, o Prof. Xavier referiu isso; patrulhar e vigiar e, mais uma vez, punir os infratores; responsabilizar, neste caso os autarcas; e melhorar a priorização no combate.

Temos, infelizmente, em Portugal espaços periurbanos perigosos. Portanto, o que podemos fazer? O município deve fazer a contenção do perímetro urbano; sensibilizar as indústrias; informar as pessoas sobre os perigos; patrulhar e vigiar; responsabilizar os autarcas; contabilizar os custos de combate; informar e cobrar os responsáveis — algo similar ao que se está a fazer com o serviço de saúde, pelo menos as pessoas recebem informação sobre quanto custou o combate, porque como ninguém sabe..., como quem paga o incêndio é o «pai» Estado, ninguém se responsabiliza.

Há um incumprimento da responsabilidade individual. Portanto, aquilo que podemos fazer melhor é informar para mudar os comportamentos; explicar e demonstrar a importância do valor da floresta, é fundamental; informar a população sobre a responsabilidade; ensinar a

limpar e envolver a comunidade; informar sobre os riscos; enfim, em última instância também fazer cumprir a lei.

Acho que Portugal tem leis suficientes, por vezes se calhar até demais, e que o importante é fazer cumprir a lei.

A partir daqui a oportunidade para melhorar a defesa da floresta contra incêndios, que nas empresas da AFOCELCA pensamos que existe, consiste em: definir a floresta como uma prioridade política; operacionalização da prevenção; proceder à fiscalização e aplicação da lei (queimadas); melhorar o sistema de deteção (24 h e precisão na deteção); aumentar as competências dos recursos humanos envolvidos (e o Prof. Xavier Viegas também já aqui falou sobre a formação e o comportamento do fogo); Comando e controlo do programa dos Sapadores Florestais, o qual nós, na AFOCELCA, achamos que está subutilizado e que poderia ser consideravelmente melhorado; proceder a uma avaliação internacional periódica do sistema nacional de DFCI.

E qual é a ideia? Se observarmos o *slide* 26, o que se pretende é transformar o atual paradigma da situação, uma vez que, hoje, uma grande fatia do esforço do Dispositivo está colocada na «supressão» do incêndio e devemos transformá-la em prevenção, e passarmos a fazer prevenção entre maio e novembro; em junho fazer a pré-supressão, organizar a força; em julho, agosto e setembro fazer o combate, porque é quando ocorrem os incêndios.

Aqui há também um assunto fundamental que é a nossa proposta para redefinirmos as prioridades. Achamos nós que a primeira prioridade deve ser evitar e reduzir as ignições.

O Sr. Professor Xavier Viegas disse, e muito bem, que em Portugal há dias com 250 a 400 incêndios... Não há país no mundo que suporte estes valores! Portugal, infelizmente, está no «Top 1» da quantidade de

incêndios por ano; Portugal anda por volta de 90 000 a 91 000 incêndios por ano e isso não pode ser! É demasiado para o tamanho do território e para o número de habitantes! Não pode ser! É imperativo reduzir a quantidade de ignições. Não é um problema de número de aviões, de tipo de aviões... Com essa quantidade de incêndios há momentos em que, decididamente, não há hipóteses!...

Portanto, a primeira prioridade é evitar e reduzir as ignições, sensibilizar e informar a população sobre a aplicação da lei; depois vem uma segunda prioridade que é a de redução do impacto através do ordenamento florestal, da gestão de combustível, da remoção de resíduos, da construção de estradas e pontos de água, treino e prontidão da operação no terreno.

Finalmente, a última prioridade que, por vezes, infelizmente, é aquela de que mais se fala: é o combate, é mitigar as consequências. Para nós, é a última oportunidade, portanto, é a terceira prioridade: que façamos uma atuação oportuna, uma intervenção inteligente e um combate eficaz.

Pensamos que a prevenção é fundamental, temos de melhorar e investigar a divulgação das causas de incêndios e saber porque é que ocorrem e quais são as suas causas, porque os motivos dos incêndios não são iguais em todo o País e a única forma de conseguirmos fazer uma campanha efetiva de sensibilização é sabermos o que se passa; se não sabemos das motivações que levam as pessoas a provocarem incêndios, dificilmente vamos ter uma campanha de prevenção eficaz.

Portanto, temos de redesenhar a campanha de sensibilização. Podemos fazer uma campanha nacional do tipo «Portugal sem fogo», mas, necessariamente, temos de fazer uma campanha focada no público-alvo, porque o País não é todo igual.

Falou-se aqui, mais uma vez, do famoso tema da prevenção estrutural. Temos de estabelecer com rigor qual a silvicultura preventiva, preparar e executar o plano de redução de combustível, planejar e executar a gestão do combustível e fazê-lo com a intervenção das câmaras municipais.

Assim, toda esta atividade, para além de manter a floresta em melhores condições de segurança, facilitará o trabalho.

Infelizmente, vemos pelos *media* durante a campanha e durante a épocas de fogos que o tema se traduz em dizer que não há condições, porque a floresta está suja...! Bom, não temos hipóteses de manter a floresta tipo jardim... Não há hipótese, não há custos que suportem isto!

Portanto, primeiro é importante reduzir o número de ignições e, paralelamente, melhorar e estandardizar o CDOS. Neste sentido, tem-se avançado bastante, embora verifiquemos que os procedimentos e as formas de decisão não são iguais em todos os distritos, não têm a mesma forma de operar, pelo que é fundamental normalizar e uniformizar esses critérios.

Relativamente ao índice de risco temos de melhorar e trabalhar na questão do prognóstico de risco de incêndio e isto tem que ver — e disto também falou o Sr. Prof. Xavier Viegas — com o facto de não conseguirmos ter alertas atempados sobre o que pode ocorrer.

Sobre o combate aéreo — e este é um assunto demasiado específico —, achamos que se devem melhorar as operações aéreas através da incorporação de um coordenador aéreo, através da realização de cursos de formação e da utilização de aviões ou helicópteros ligeiros para coordenar o teatro de operações.

Há muitos incêndios em Portugal em que há três ou quatro aeronaves a operar, mas não há uma coordenação aérea, ou seja, quem está a coordenar é um comandante local que está em terra e não tem nenhuma hipótese de saber exatamente o que está a fazer o meio aéreo.

Atenção, este é um assunto importante. Felizmente, em Portugal não tem tido havido nenhum acidente deste tipo e esperamos não ter, mas em nenhuma parte do mundo em que se faz combate a incêndios florestais as operações aéreas são coordenadas e dirigidas por alguém que está especificamente orientado para esta função.

Quanto às operações no terreno é importante melhorar as capacidades de terreno, através da criação de forças especiais, e de melhorar a formação das pessoas, nomeadamente, na utilização de material de sapador...

Os bombeiros têm excelente formação, só que a formação está bastante orientada para o combate a incêndios de tipo estrutural e não de tipo florestal. Portanto, há uma tendência fortíssima no quase uso exclusivo da água, enquanto que a utilização de máquinas, sejam *bulldozers* ou máquinas de rastos para construção de linhas na zona de perímetro, não é tão usual.

Finalmente, como já referi, há que testar a capacidade do dispositivo especial de combate em situações extremas, através de simulacros de incêndios florestais, pois, infelizmente, esta é uma situação muito comum em Portugal e todos os incêndios se transformam num problema de proteção civil.

Um outro aspeto que há a melhorar é o uso do fogo. Pensamos que deveríamos melhorar a utilização do fogo como ferramenta de combate aos incêndios e deveria ensinar-se a sua utilização e não proibi-la, fomentando e orientando a utilização segura do fogo, calendarizando e fazendo queimadas, e promovendo e difundindo cursos e facilitando e simplificando a credenciação das pessoas.

Bom, creio que fui muito rápido, mas creio ter conseguido fazer a apresentação...

A Sr.^a Coordenadora (Teresa Caeiro): — Em todo o caso, Sr. Engenheiro, se me permite, já passou meia hora e eu ia, neste momento, tomar a liberdade de o interromper, porque devíamos estar agora começar com as restantes audições que temos programadas para hoje.

Então, agradeço-lhe a sua apresentação tão extensa quanto autoexplicativa, espero, eu.

Vou ter de pedir aos Srs. Deputados uma grande contenção no uso da palavra, pois, volto a dizer, é para mim muito difícil conciliar o cumprimento das nossas agendas com o cabal esclarecimento que todos pretendemos.

Na lógica da rotatividade, darei a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Coordenador, serei breve — aliás, a apresentação foi mesmo autoexplicativa e subscrevo-a quase na totalidade, até porque gostaria de ver no País a realidade da AFOCELCA multiplicada e replicada, embora a realidade da AFOCELCA seja incomparavelmente diferente da que temos no País com as nossas condições.

Vou ser muito preciso nas questões que quero colocar.

Julgo que é na pré-prevenção que devemos fazer a nosso enfoque e perceber como é que a AFOCELCA a faz, porque o senhor falou na proximidade de meios, que é meio caminho andado para o tal combate rápido e eficaz para que cada fogo não se transforme num incêndio, e de que deve haver uma boa análise de risco e bom mapa de risco para saber o que é que na próxima época está em risco.

Portanto, a pré-prevenção também tem a ver com os riscos que são identificados, pelo que gostaria de saber como é que a AFOCELCA faz isso.

Quanto ao que referiu sobre a formação estou totalmente de acordo, pois é o que deveríamos fazer — aliás, estava convencido de que fazíamos uma boa gestão da utilização dos meios aéreos e que tínhamos até alguém especialista para que nenhum *Kamov* «encavalite» num *Canadair* e vice-versa, mas vou ver se é mesmo assim ou se não temos, de facto, ninguém a controlar os meios aéreos.

Gostaria também que a AFOCELCA — e esta é matéria que perpassa nesta Comissão — relativamente ao fogo tático, porque parece que ninguém consegue dizer exatamente do que é que estamos a falar, e já vamos num conjunto de audições longas, nos pudesse dizer o que é que se deve definir como fogo tático e como é que é um bom uso do fogo, sem andarmos aqui com uma definição que não nos leve a lado nenhum. Portanto, se nos puder ajudar, mesmo que não seja agora, e enviar-nos documentação para que possamos definir para nós próprios o que é o fogo tático, era importante.

No vosso sistema de vigilância, gostaria que nos dissesse, dos vários meios que utiliza, qual é o mais eficaz, isto é, se são as torres de vigia, se é um outro meio... Nós estamos a adotar alguns outros meios, nomeadamente de georreferenciação, a utilização de satélites e, portanto, em vez de estarmos a experimentar se pudermos ter a vossa experiência para podermos ser mais eficazes também seria bom.

Termino, dizendo que sou muito favorável à punição dos infratores. Eu sou de Viseu e os fogos em São Pedro do Sul e em Tondela foram dos maiores... Eu próprio disse que nenhum autarca pode desconhecer a

geografia, a floresta e o seu território e ver o que acontece em fogos onde os autarcas saem praticamente impunes, é algo que me ultrapassa...

Portanto, punir é uma coisa que eu, enquanto membro deste Grupo de Trabalho, estarei muito atento para saber se conseguimos aqui ter alguma do tipo causa/efeito, porque é impossível ter tantas ignições e tantos fogos com aquela desculpa de depois termos uma coincidência de temperatura, humidade e vento... A realidade é o que é, mas é por isso que existem bombeiros e existe a Autoridade Nacional da Proteção Civil.

A Sr.^a Coordenadora: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr.^a Coordenadora, muito obrigado.

Vou procurar ser rápido, sendo que esta apresentação que nos foi feita tem uma dimensão tamanha que não me permite fazer aqui uma análise neste pouco tempo que temos ao nosso dispor. De todo o modo, concordo inteiramente com a apresentação que foi feita.

Num dos últimos *slides* dizia-se que se devia aumentar, essencialmente, a prevenção, com o que estamos todos de acordo. O território da AFOCELCA não é exatamente o mesmo que o território nacional, mas podemos ter aqui um «banco de ensaio» e como «banco de ensaio» eu gostaria de começar por perguntar, porque até está aqui também presente o Sr. Presidente do Conselho de Administração, qual é em percentagem a parte que dedicam à prevenção e a parte que dedicam ao combate. Qual o investimento, digamos assim, na prevenção e no combate?

A AFOCELCA é conhecedora da realidade da floresta portuguesa e uma das nossas dificuldades em fazer o ordenamento e o planeamento

florestal tem a ver com a diversidade, o minifúndio e a falta de emparcelamento.

Portanto, como temos aqui uma empresa privada, e tendo nós já ensaiado outros modelos de emparcelamento, nomeadamente com as ZIF, gostaria que nos deixassem aqui — e sei que isto está um bocadinho fora deste âmbito — a vossa visão empresarial sobre a forma de promover o emparcelamento do território florestal.

Queria aproveitar também para referir que é bom termos aqui um especialista na matéria que não é cidadão nacional para trazer até nós uma coisa que sabemos que é impensável: termos sinistralidade baixa nesta matéria dado o elevado número de ocorrências. Efetivamente, o número de ocorrências é exageradamente grande para podermos ser eficazes no combate.

Vou voltar um bocadinho atrás e deixar aqui uma pergunta a um especialista nesta matéria e a um reconhecido universitário, dizendo-lhe que não pretendo que me dê a resposta agora, mas pode enviar-ma.

Tenho visto muitos estudos do Professor Xavier Viegas, eu já o acompanhei em teatro de operações em alguns incêndios, mas não vi ainda um estudo — e pode ser que exista, mas eu não o conheça — sobre a que se deve um número tão significativo de ocorrências. Ou seja, gostaríamos nós de saber porque é que temos um número de ocorrências tão elevado.

O Sr. Engenheiro falou das técnicas de combate e eu gostaria que se pronunciasse sobre se temos algumas técnicas de combate que não são adequadas. É porque da exposição que fez eu vi logo uma: a utilização dos meios aéreos. Na verdade, eu também reconheço que a utilização dos meios aéreos sem um acompanhamento terrestre é, digamos assim, andar a desperdiçar água.

Portanto, gostaria que se referisse a este ponto um bocadinho melhor, porque dá-me ideia de que, algumas vezes, temos, se calhar, meios aéreos em excesso ou que não estão devidamente coordenados... Andam a deitar água no meio de um incêndio e, obviamente, depois, se não há ninguém no terreno, essa ação deixa de ser eficaz.

Prometi ser breve e vou sê-lo, mas queria ainda falar do seguinte: há ainda um outro problema que temos nos incêndios que tem a ver com a questão dos reacendimentos.

Já aqui foi referido pelo Professor Xavier Viegas e também por vós e por outras equipas, que temos um número excessivo de reacendimentos, porque não fazemos um acompanhamento adequado.

Ora, eu queria perguntar à AFOCELCA como é que faz o rescaldo e, de certa forma, até que ponto é que fica na floresta a vigiar os reacendimentos, porquanto presumo que nós, se calhar, temos algumas forças em presença, nomeadamente até os sapadores florestais que, muitas das vezes, os desviamos para o combate quando, se calhar, deveríamos privilegiar o rescaldo e a prevenção para que o reacendimento não aconteça.

Agradeço imenso a apresentação, que espero que fique disponível para o nosso relatório.

A Sr.^a Coordenadora: — Aproveito para dizer que já foi pedido aos vários intervenientes que nos deixassem as respetivas apresentações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr.^a Coordenadora, o Sr. Engenheiro começou por referir a questão da primeira intervenção, dizendo que o

melhor é chegarmos mais rapidamente. Essa é uma matéria em que Portugal tem bons índices. Ora eu gostava de saber se acha que podemos melhorar — creio que este ano cerca 95% de fogos foram apagados pela primeira intervenção — e como é que podemos melhorar.

A segunda questão tem a ver com o vosso corpo. Em primeiro lugar, diz-me que tem oficiais de ligação nos oito distritos e gostava de saber qual é a formação dos vossos oficiais, se têm uma formação correspondente àquilo que existe na estrutura pública ou se têm uma formação superior.

Depois, em relação às várias técnicas utilizadas, como as linhas de fogo, o fogo tático, etc., eu gostava de saber se considera que a tática de ataque aos fogos ampliados, em Portugal, é correta. Isto é, há um bocado a ideia de que vamos ao fogo em vez de esperarmos pelo fogo. Não sei isto é correto ou não, pois não sou técnico e percebo muito pouco, mas gostava de saber como é que isso funciona em Portugal e qual é a experiência que tem em Portugal.

Quanto à área que gerem, que é de 200 000 ha, quantos fogos ampliados é que houve nesta área? Quantos fogos é que a AFOCELCA teve com mais de 100 ha nos últimos cinco anos? Se é que têm aqui disponível o número, porque, se não têm, eu gostava que no-lo fornecessem depois.

Em relação ao investimento, subscrevo a pergunta do meu colega, mas vou mais longe, dirigindo a minha questão ao administrador. Gostávamos de saber quanto é que se gasta, efetivamente, na prevenção e no combate nestes 200 000 ha em concreto.

Quanto à pré-ativação de *bulldozers*, considera que a questão das máquinas de rastos do Dispositivo está resolvida ou podemos fazer melhor em termos de máquinas de rastos?

Vi que defende o reforço das forças especiais de bombeiros e proteção civil e, portanto, essa pergunta está respondida, mas há uma outra questão que coloco, que é a seguinte: estes homens têm um grande desgaste do ponto de vista da sua tarefa; pergunto qual é a rotatividade que existe nas equipas de combate e qual é a idade limite que considera que estes homens devem ter, para além de todos os testes médicos que fazemos, ou seja, se nas forças especiais de combate deve ou não deve haver uma idade limite para a participação nestes corpos.

A Sr.^a Coordenadora: — Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal e Sr. Eng.^o João Lé, vou ter de apelar à vossa capacidade de síntese, o que, aliás, não pareceu nada difícil no caso do Sr. Eng.^o Ormazábal... Não vejo como se pode queixar do seu português, porque foi muitíssimo expedito e fluente.

Faça favor, Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal.

O Sr. Orlando Ormazábal: — Vou tentar responder de trás para a frente.

Quanto à idade limite, efetivamente, na minha opinião, acho que deve haver uma idade limite em combate em zona frontal. Normalmente faço um paralelo com os futebolistas, que chegam a uma idade em que atingem o topo de eficiência e, depois, alguns dedicam-se à treinar as camadas mais novas, outros são treinadores das unidades mais velhas. Os que ficam não são afetados, podem manter-se nesta área, mas não podem estar na primeira linha de combate.

Como é óbvio, a questão da idade também depende da condição física e das características das pessoas. Há pessoas que poderiam estar aptas para um combate mas, devido à sua forma de estar, normalmente, não

têm condições. Depende de cada caso particular. Em geral, uma pessoa de mais de 40-45 anos já não poderia estar numa linha de fogo.

Em relação à rotatividade, efetivamente, as pessoas sofrem um enorme desgaste no combate aos incêndios florestais e este é um problema de gestão do próprio incêndio. Uma força que esteja a trabalhar com esta intensidade de trabalho de construção da linha não pode trabalhar continuamente mais de quatro horas. Trabalha um máximo de quatro horas e depois tem de sair da linha da frente e ir para uma zona de retaguarda para se refrescar, alimentar, descansar e depois pode regressar.

Infelizmente, devido às características dos incêndios em Portugal, nem sempre conseguimos respeitar isto, sendo este um fator que pode levar, e leva, à ocorrência de acidentes. Por isso, este é um tema que tem de ser gerido, neste caso, pelo comando, que tem de saber exatamente há quanto tempo e em que condições é que a força está a trabalhar, e tem de ter o cuidado e a frieza — sei que é difícil, mas é preciso — para dizer: «Estas pessoas não podem continuar a trabalhar, têm de sair». O incêndio continua, mas temos de as tirar. Essa decisão, que sei que é difícil, tem de ser tomada. Não pode manter-se uma pessoa a trabalhar por mais de quatro horas contínuas no combate a um incêndio. É extremamente perigoso.

A respeito das máquinas de rastos, é sempre possível fazer melhor. Felizmente, em Portugal, nos últimos três ou quatro anos, temos vindo a verificar que, em primeiro lugar, se utilizam máquinas de rastos, que há quatro ou cinco anos praticamente não se utilizavam, e, em segundo, que agora há bastantes, mas é sempre possível melhorar. Há que dar formação e as máquinas de rastos, tal como os aviões, também devem ser acompanhadas. As máquinas de rastos por si só podem, até, fazer um caminho, mas tem de haver alguém com alguma orientação que olhe para o incêndio e diga onde é que é necessário fazer a linha, para consolidar o

trabalho da máquina de rastos. A máquina de rastos por si só não faz praticamente nada.

Um pormenor que questionaram foi quantos incêndios temos que sejam maiores do que 100 ha. Estivemos a verificar e cerca de 99% dos incêndios têm menos de 1 ha ou têm 1 ha e pouco e ligo isto a outra pergunta que fizeram que era quantos incêndios, em Portugal, se podem resolver no ataque inicial. Atualmente, estão nos 95%, que é bastante bom, mas podemos melhorar.

Em todos os países, infelizmente, 1% ou 2% dos incêndios é que causam, normalmente, 50% ou 60% de danos. Isto não quer dizer que tenhamos de nos preparar para os incêndios grandes, temos é de continuar a melhorar o ataque inicial. No entanto, temos de ter protocolos de atuação para saber quando acaba o ataque inicial ao incêndio e começa um ataque ampliado.

Efetivamente, pode haver melhorias ao nível dos países, cujo nível de eficácia do ataque inicial se encontra, normalmente, nos 95%, 96%, 97%. Nessa matéria, diria que Portugal se encontra bastante bem.

Infelizmente, a questão da ocorrência extremamente elevada é um dos maiores problemas. Relaciono isto com outra pergunta colocada sobre os reacendimentos, pois muitos dos reacendimentos ocorrem, porque não há hipótese de manter as forças nesse rescaldo, nessa ação de controlo desse incêndio, porque aparece outro. Por isso, as forças são retiradas, ou seja, têm de ser necessariamente retiradas para ir acudir a outro incêndio e o incêndio que estava parcial ou totalmente controlado reacende-se.

Este assunto é interessante. Por exemplo, tive a oportunidade de trabalhar numa brigada de combate a incêndios na América e, normalmente, o rescaldo — porque me perguntaram quanto tempo demora, ou aquilo que se deve fazer — de um incêndio, na América, demora três ou

quatro vezes mais tempo, ou seja, por cada hora de combate são feitas, pelo menos, três ou quatro horas de rescaldo. Claro que, com a quantidade de incêndios que temos, se as equipas vão demorar quatro vezes mais tempo a fazer o rescaldo, não temos hipótese.

No caso particular da AFOCELCA, em todos os incêndios temos um supervisor que pergunta muitas vezes se o incêndio está controlado e a brigada responde que sim, que o incêndio está controlado. Para nós, o incêndio está controlado quando foi extinto e foi feita uma linha na periferia do incêndio; se não, para nós, o incêndio não está controlado.

A partir do momento em que o incêndio está controlado e a linha está feita, nos dias seguintes, durante três ou quatro dias, mandamos a brigada UPV (unidade de prevenção e vigilância) fazer vigilância ou o que chamamos de «guarda das cinzas», ou seja, verificar se, efetivamente, o incêndio foi extinto; se aparece algum fumo ou alguma coisa, rapidamente o conseguimos liquidar. Isto porque os reacendimentos têm uma outra característica, que é o facto de o material da periferia já estar pré-aquecido. Por isso, quando há um reacendimento, normalmente, esse incêndio é bastante mais violento do que o próprio incêndio original.

Gostaria de ter sido um bocadinho mais organizado nas respostas que dei, no entanto, irei entregar a apresentação completa, que tem bastante mais informação relativa ao que aqui falei.

Fico também ao dispor para qualquer esclarecimento e não sei se o João Lé tem alguma coisa particular a dizer relativamente ao tema da prevenção, que é um tema mais específico da empresa.

A Sr.^a Coordenadora: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o João Lé.

O Sr. Eng.º João Lé: — Em termos de prevenção, divulgamos anualmente os custos que temos com prevenção e com combate. Nos últimos sete, oito anos, a média tem sido acima dos 3 milhões de euros. Sensivelmente, entre 50% a 60%, próximo dos 60%, é prevenção e a prevenção não é limpar matos — tire-se esta ilusão! —, não é só limpar matos nem arranjar caminhos.

Prevenção é todo um conjunto de planificação de tarefas, identificação de pontos-chave onde deve ser feita a intervenção nos momentos fora da época crítica, é dimensionar os meios que vamos ter necessidade de aplicar, etc. Estou só a descrever peças soltas deste processo, do qual podemos disponibilizar mais informação e teremos oportunidade de o fazer, até, no âmbito das perguntas que nos foram dirigidas concretamente. Portanto, há uma lista de tarefas que têm de se fazer no âmbito desta prevenção.

O combate depende dos anos, mas esperamos sempre que fique abaixo do 1,5 milhão de euros. Esta é a nossa contribuição para a AFOCELCA.

Estes valores referem-se exclusivamente ao grupo PORTUCEL/SOPORCEL. Naturalmente que o grupo ALTRI terá valores da mesma ordem de grandeza, presumo eu, porque as preocupações, a filosofia e os modelos de gestão não são muitíssimo distintos.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Está a dizer que os grupos gastariam cerca de 20 milhões de euros?

O Sr. Eng.º João Lé: — Não, os dois grupos têm modelos de gestão semelhantes. Nós gastamos 3 milhões, aliás, um pouco mais de 3 milhões,

e presumo que eles gastem na proporção do património que têm, mas em relação a isso não sou capaz de responder.

Teríamos todo o gosto que estivesse cá hoje o nosso colega do grupo ALTRI, mas não lhe foi possível estar presente, de maneira que não vou responder por ele nesse âmbito.

Por outro lado, quero dizer que há um outro trabalho de identificação que temos de fazer e no qual nos articulamos com a AFOCELCA. No âmbito da AFOCELCA, partilhamos todo o nosso património — quer nós, quer o grupo ALTRI — neste domínio do combate e, para isso, temos de identificar onde é ele que está, qual é o risco e o perigo, qual é o valor desse património para, em função disso, distribuímos as brigadas, vemos qual é o melhor tempo de resposta, qual a localização dos meios aéreos, etc.

Acima de tudo, não temos localizações fixas e acho que este é um princípio que devia ser adotado num sistema nacional. Os meios não podem estar estacionados, não podem estar ao dispor de outro tipo de utilizações e de princípios que não sejam os valores a defender. Não estou com isto a dizer que os valores a defender são exclusivamente a produção florestal, os parques nacionais, a paisagem ou qualquer outro valor. Este princípio é, para nós, fundamental.

Sendo uma resposta extremamente complexa, não gostaria de estar a falar muito sobre a questão do ordenamento florestal e do emparcelamento, porque, de facto, cada pessoa tem o seu conceito.

Gostava só de dizer duas ou três muito simples. Primeiro, não acho que haja modelos universais, porque Portugal não é igual de norte a sul. Temos problemas enormíssimos não de minifúndio, mas de microfúndio, no norte, e temos, depois — não problemas, felizmente —, o sul do País, onde não se colocam estas questões com tanta veemência.

Depois, acho que há, no geral, três ou quatro conceitos que é fundamental adotar. Em primeiro lugar, acho que é preciso identificar cenários de mobilização das populações, porque estamos a falar de populações e dos seus bens. Estes podem ser cenários de produção, de recreio e lazer, de proteção ambiental, etc.

Em segundo lugar, é preciso criar um quadro de incentivos que não seja só o sonho de ter um modelo interessante para aquela zona ou para aquela região. Os incentivos podem ser fiscais, criação de prémios ou de outra natureza, mais pessoal ou mais social. Por outro lado, em paralelo, é preciso criar desconforto, que pode ser pelas mais variadas vias, seja fiscal, seja de outra natureza.

Por fim, é preciso encontrar os atores para pôr isto em prática e estes também não são iguais no País todo. Nuns lados poderão funcionar melhor os modelos de ZIF's — mas não como estão hoje, porque hoje não funcionam, desculpem ser tão frontal mas não estão a funcionar — e pode haver outro tipo de figuras, como, por exemplo, a bolsa de terras, a compra e venda de terras, os fundos imobiliários, as associações de produtores florestais, etc.

Há um sem número de agentes que se tiverem capacidade de gestão comprovada, e tem de ser verificada no terreno porque o objetivo não é constituir associações nem instrumentos, é que isso passe, efetivamente, para o terreno, tem de ser medido...

Para finalizar, faremos chegar toda a informação adicional relativa ao conjunto de perguntas que colocaram, nomeadamente sobre as áreas ardidadas, o que fazemos nas diferentes situações, etc.

A Sr.^a Coordenadora: — Muito obrigada mais uma vez ao Sr. Eng.º João Lé e ao Sr. Eng.º Orlando Ormazábal — espero que continue a sentir-se bem entre nós e no nosso país —, por parte da AFOCELCA.

Muito obrigada aos Sr. Professor Doutor Xavier Viegas, Dr. Miguel Almeida e Eng.º Luís Ribeiro pela vossa participação e intervenção, que penso que terão sido extremamente úteis para o decurso destes trabalhos.

Penso poder interpretar que estão todos disponíveis para serem contactados por escrito no caso de alguma pergunta ter ficado pendente ou haver alguma dúvida.

O Sr. Eng.º João Lé: — Queria dizer até que estamos perfeitamente disponíveis para partilhar a nossa experiência e participar nalgum grupo de trabalho que queiram lançar, no tal programa nacional, seja o que for, porque a floresta é de todos, não é do Grupo Portucel Soporcel nem do Grupo ALTRI, enfim, há muitos mais valores a proteger.

Portanto, estamos à disposição.

A Sr.^a Coordenadora: — Muito obrigada.

Srs. Deputados, dou por encerrada esta audição.

Eram 11 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.